

Senado vota a contragosto

O Senado aprovou ontem o Plano de Benefícios da Previdência Social por 34 votos a favor, quatro abstenções e apenas um contra. Os líderes do Governo não queriam votar o projeto ontem para apresentar emendas e evitar que o presidente Fernando Collor vetasse o plano. Pelo menos um veto presidencial já é previsível: ao artigo que prevê o reajuste da aposentadoria pelo Índice do Dieese ou pelo salário mínimo.

Com a aprovação do Plano de Benefício, o Governo pode se livrar da culpa de não ter estendido o abono de Cr\$ 3 mil aos aposentados e com isso manter o veto à política salarial. É que 76 por cento dos aposentados ganhavam meio salário mínimo e agora passarão a receber o salário integral. O líder do Governo no Senado, José Ignácio (PST/ES), chegou ao plenário às 15h com um recado da ministra a Economia, Zélia Cardoso de Mello e, de que o Executivo queria elevar o piso ao valor do salário mínimo

e conceder o 13º para os aposentados.

O discurso de José Ignácio logo foi desmentido pelo senador Almir Gabriel (PSDB/PA), que lembrou de uma emenda do Executivo que previa reajuste gradual para os trabalhadores rurais, ou seja, este grupo só receberia o salário mínimo integral depois de cinco meses de aprovada a lei de benefícios e custeio da Previdência. O líder do Governo tentou negociar a aprovação das emendas, discutidas com a ministra Zélia Cardoso de Mello antes do almoço, com o PSDB.

O senador Almir Gabriel (PSDB/PA) percebeu que as emendas entregues a título de aperfeiçoamento do plano, na verdade alteravam tópicos essenciais, como a correção gradual do salário dos trabalhadores rurais. Entre as emendas, denunciou o senador, estavam também a retirada do salário família e do auxílio natalidade e aumentava de oito para quinze anos a carência aposentadoria.